

Jornal Humbi-Humbi

Ano 0 | 1ª Edição | Outubro - Novembro 2009 | ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

ADRA realiza IXº Encontro Nacional com as Comunidades



3

Dra. Londa Soky, directora de políticas de desenvolvimento do BDA, fala ao *Jornal Humbi - Humbi*



12-13-15



8

FORA DAS SALAS DE AULA E DE PROFESSORES NO NGOVI

Destaques

- Jovens do Lubango querem livrarem-se da delinquência 6
- XIIº Encontro provincial das comunidades no Huambo 9
- Gestão sustentável de terras e desenvolvimento 10
- O Desenvolvimento Rural de Angola 11
- SRº Henrique Tchimbili, Presidente da (UACC), escreve ao JHH 15-16

Nas terras do Cristo Rei...

Repórteres recebem formação em jornalismo comunitários

4



Por: Guilherme Santos

Esta é a primeira edição do **Jornal Humbi-Humbi**, que vem a público para veicular informação, opinião e conhecimento acerca dos processos, das experiências, dos ganhos, dos fracassos, das lições, dos resultados e impactos das comunidades parceiras, assim como sobre questões de desenvolvimento, fazendo parte de um processo mais abrangente da evolução do conceito e prática, comunicação e aprendizagem da ADRA. Bem-haja!

Em Setembro e Outubro deste ano, dois eventos importantes marcaram a vida da ADRA: i) a realização da 14.ª Assembleia Geral e ii) os Encontros das Comunidades. O primeiro, a Assembleia, constitui um espaço fundamental da governação da Associação ADRA, em que o Conselho Directivo presta contas aos membros da Associação, que são os "donos" da Organização.

Se as organizações da Sociedade Civil (OSC), em Angola, desejam ter legitimidade e credibilidade para gerarem boas referências, práticas e lições entre elas e, conseqüentemente, na sociedade, se querem questionar o modelo de desenvolvimento dominante, promover a participação e a cidadania como um dos caminhos para reverter e mitigar a pobreza e a exclusão, e, de igual modo, influenciar políticas públicas, deveriam ter a prática de prestar contas em termos de legalidade – ao Governo e ao Estado – prestar contas aos seus membros, aos doadores, aos beneficiários, à sociedade e a si mesmas. Apesar das dificuldades e das fragilidades da ADRA, a prestação de contas tem sido uma das suas premissas fundamentais, cujo valor tem contribuído para manter a organização e a sua capacidade de adaptação e sustentabilidade.

O segundo evento é constituído pelos encontros das comunidades, que se realizam anualmente, desde os projectos aos municípios, províncias e ao nível nacional. Inicialmente, eram chamados de "encontros com as comunidades" e, mais tarde, passaram a ser denominados "encontros das comunidades". Esta evolução no pensamento e na prática significa que as comunidades que trabalham com a ADRA através das suas organizações são, nestes encontros, protagonistas, partilhando entre elas conhecimentos, experiências e lições, e interagem em termos de advocacia e lobby com outros actores, sejam entidades do Governo (Ministros...), do Estado (Deputados, Governadores, Administradores Municipais ou os seus representantes), líderes de OSC e de agências bilaterais e multilaterais de apoio ao desenvolvimento.

Esta evolução também ocorreu noutros aspectos. Por exemplo, em termos de intervenção na comunidade, antes, a ADRA falava de animação e sensibilização da comunidade, depois passou para organização comunitária e, mais para cá, passou para o Desenvolvimento Comunitário, enquanto uma visão de mundo, uma pedagogia, um método e uma prática. No começo, o trabalho de promover o acesso a recursos, bens, serviços e direitos era feito directamente com as famílias e as comunidades, e, depois, através dos grupos e organizações comunitárias. Hoje, em alguns lugares, estão a emergir redes sociais geográficas ao nível dos municípios, que são as intermediárias.

Em termos de foco, inicialmente a acção centrava-se no projecto, numa localidade ou conjunto de localidades; posteriormente evoluiu para uma abordagem estrutural no município como unidade de trabalho. Da designação de animador comunitário, passou-se à de técnico de desenvolvimento comunitário e, hoje, evoluiu para assessor, facilitador e/ou criador de possibilidades. Da prática de distribuição de sementes, passou-se à de crédito em espécie, ao fundo rotativo e, hoje, ao crédito bancário pelas próprias comunidades. No passado, em termos de promover o desenvolvimento, usava-se a seguinte metáfora: "...não devemos dar o peixe, mas sim ensinar a pescar". Depois evoluiu para "...não devemos dar o anzol, mas sim partilhar a arte de fazer o anzol". Hoje, pensamos e dizemos que "não basta partilhar a arte de fazer o anzol, mas sim, é melhor pescar com redes e em redes". Entre outras, é por isso que a ADRA participa activamente no trabalho em redes sociais.

Todos estes processos requerem mudanças não apenas de ordem técnica, mas também, e sobretudo, de ordem comportamental e humano, que é um dos grandes desafios da ADRA nos próximos tempos.

FICHA TÉCNICA

DIRECÇÃO: Sérgio Calundungo

CONSELHO EDITORIAL: Guilherme Santos

PAGINAÇÃO E GRAFISMO: Sebastião Miguel

REVISÃO: Miguel Gomes

COLABORADORES: Cláudio Fortunato, José Katiavala, Carlos Cambuta e Grupos Comunitários (Malanje, Benguela, Huambo e Huíla)

DISTRIBUIÇÃO: Sebastião Miguel

IMPRESSÃO: Editora Humbi-Humbi/ADRA

TIRAGEM: 800 exemplares

PERIODICIDADE: Mensal

E-MAIL:

ENDEREÇO:

PROPRIEDADE:

Pensar o papel das comunidades no futuro do país

Por: Sebastião Miguel



Representantes de várias comunidades, do governo, autoridades tradicionais, igrejas, parceiros e sociedade civil, participaram nos dias 8 e 9 de Outubro do corrente ano no IXº Encontro Nacional com as Comunidades. O encontro decorreu no Instituto Nacional da Criança (INAC), em Luanda.

“Cooperativismo, comercialização, crédito e a problemática das terras/Descentralização e forma de participação local”, foram estes os temas em discussão nos dois dias do encontro.

A representante do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) abordou algumas questões relacionadas com o apoio que o governo tem dado neste sector, nomeadamente ao fornecimento de inputs agrícolas, enxadas, machados, catanas para o corte e outros apoios.

Por um lado, não deixou de reiterar mais uma vez, que a ADRA é um grande parceiro “pela contribuição que ela nos tem dado junto das comunidades desde a sua fundação”, disse durante o encontro.

O representante do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural aproveitou a ocasião para abordar a temática da terra e sua exploração na campanha agrícola 2009/2010, que o governo está a colaborar junto das

associações de camponeses e cooperativas para a distribuição de terras.

A representante do Banco de Desenvolvimento de Angola(BDA) Dr.ª Londa Soky, falou do micro-crédito para as cooperativas e associações, visto que aquela instituição não está autorizada a dar créditos individuais.

A prelectora lembrou que existe um regulamento que define as regras de acesso ao crédito através do BDA.

Falou-se também sobre a questão dos CACS. Um dos convidados levantou uma questão muito pertinente: os representantes das comunidades queixam-se que, por vezes, são contactados pelas administrações tarde de mais a fim de participarem nos referidos encontros dos CACS, o que origina a não contribuição neste processo.

O representante do Ministério do Território, falou da descentralização, visto que o Governo garantiu para o próximo orçamento o aumento substancial do orçamento para os CACS, a fim de exercerem as suas actividades sem sobressaltos nas suas administrações e junto das comunidades.

Os convidados pediram que o próximo encontro seja realizado numa comunidade, para ter mais impacto. Porque se a denominação é Encontro Nacional com as Comunidades “porque tem de ser em Luanda?”, frisou o interlocutor interpelado pelo



Nas terras do Cristo Rei...

Repórteres recebem formação em jornalismo comunitário

Da Huila

Manuel Figueiredo Mateus – “Figas”

32 participantes oriundos de cinco províncias do país receberam conhecimentos sobre informação e comunicação no Lubango, capital da província da Huila. O encontro decorreu nos dias 29 e 30 de Outubro, com o objectivo de fornecer conhecimentos sobre a comunicação organizacional na prestação de serviços aos públicos da ADRA. A actividade contou com o financiamento da NOVIB.

Durante os dois dias, os participantes analisaram e discutiram temas pertinentes como a maximização do uso da internet, Skipe, produção de artigos, notícias e importância da comunicação e informação. Realizou-se também uma visita de campo à Rádio Provincial da Huila, TPA e Jornal de Angola.

O evento contou com a presença da Directora da Antena da Huila, repórteres comunitários e dos jornalistas do Novo Jornal e Rádio Ecclesia, para além da presença da ANGOP e TPA que cobriram a actividade.

A discursar na abertura da formação a Directora da antena, Mariana Soma, falou sobre a importância dos conteúdos a serem ministrados para o “reforço da capacidade dos membros das associações no sentido de divulgar as experiências, resultados das acções através de documentos escritos, audiovisuais, procurando principalmente dar visibilidade e sistematizar o conhecimento acumulado, as vivências e experiências das comunidades, suas dinâmicas e anseios”, disse Mariana Soma. Igualmente encorajou os presentes, a aproveitarem ao máximo os conteúdos dos temas agendados.

No primeiro dia, os participantes aprenderam sobre o que é uma notícia, crónica, reportagem e entrevistas, bem como receberam algumas noções de foto-jornalismo. Registou-se uma grande participação do Núcleo das associações do Dombe Grande (Benguela), Lombe (Malanje) e Huambo.



No segundo dia, foram abordados temas como as estratégias e planificação de agenda de mídias, elaboração de comunicados de imprensa, criação de relacionamento e base de dados de jornalista. Foi realçada a importância do trabalho de campo, que proporcionou a

oportunidade dos repórteres comunitários estarem em contacto com os profissionais de diferentes órgãos de comunicação social.

A formação solicitou também o interesse de vários parceiros nomeadamente da Rede da Educação para Todos e organizações ligadas a III Conferência da Sociedade Civil.

A referida actividade teve lugar na sala de reuniões da ADRA, Antena da Huila.

Jornal

Humbi-Humbi

1ª Conferência da Sociedade Civil da Baía-Farta

ENCONTRO MUNICIPAL DISCUTE PAPEL DAS COMUNIDADES

Por: Nazaré Bernardo e Cristiano Joaquim

Realizou-se na Baía Farta, província de Benguela, uma experiência nova no seio da Sociedade Civil: a realização da Conferência Municipal da Sociedade Civil. Este encontro serviu de antecâmara para o encontro provincial e nacional, que serão realizados nos próximos meses.

Os temas debatidos foram as eleições, o Orçamento Geral do Estado (OGE), a democracia participativa e descentralização (através do experiência do NRA) e os conflitos de terras. O encontro foi financiado pela DRC, Adra Antena de Benguela, NRA, Administração Municipal, Igrejas e ONG's locais.

Participaram cerca de 85 convidados, contando com prelectores, moderadores e grupo de acompanhamento pertencente à coordenação provincial da Sociedade Civil. Para um melhor desdobramento na execução das tarefas, as responsabilidades para a realização da conferência foram distribuídos pela ANADOMBE/CCF (redacção), NRA, AEA e Pro-maica (logística e finanças). A comunicação e marketing ficaram a cargo do NRA/ANADOMBE, enquanto o protocolo foi responsabilidade dos Escuteiros.

A conferência teve um carácter municipal. Defende-se portanto que esta deverá servir de experiência para os participantes do município da Baía-Farta, principalmente os da sede do município, já que a iniciativa foi da responsabilidade do NRA, organização sediada numa das comunas da Baía Farta, o Dombe Grande.

A conferência foi aberta com o discurso proferido pelo Vice-Administrador Municipal da Baía-Farta, Basílio Sassenda Gesse e encerrada pelo Pastor João David, da Igreja Tocoísta. Agora será necessário fazer uma retrospectiva do que foi a caminhada desse barco até ao momento para melhor perspectivar o papel da sociedade civil junto das comunidades.

RONDA JUVENIL DA OJRC FAZ TRES ANOS CITADINOS LUBANGUENSES ENALTECEM PERCURSO DO PROGRAMA

Por: Adriano Gomes, Eugénio Monteiro e Francisco Kapemba.

Os cidadãos lubanguenses enaltecem os três anos de existência do programa "Ronda Juvenil", da Organização Juvenil dos Repórteres Comunitários (OJRC), emitido aos Domingos das oito às nove horas na Rádio 2000 desde Outubro de 2006.

Os cidadãos entrevistados pelos repórteres comunitários consideraram positiva a iniciativa dos jovens da OJRC e manifestam a importância que o programa radiofónico representa na vida das comunidades. Para eles, as informações divulgadas servem-lhes para anunciar mudanças e para minimizar os problemas vividos dentro do seu entorno social.

Além da satisfação do público pelo programa ronda juvenil, os repórteres encontram também neste espaço a oportunidade para melhorar as técnicas jornalísticas aprendidas nas formações.

Entrevistado pela ronda juvenil, Francisco Polo, Director do Centro de Formação Profissional "Estrela da Huíla" reconhece que o espaço é a ponte para dar solução aos problemas enfrentados pelas comunidades da província da Huíla.

"Os repórteres estão de parabéns pelos três anos do Ronda Juvenil, nós também manifestamos a nossa alegria porque temos o programa a divulgar as nossas actividades e falar aquilo que sentimos", concluiu.



Jovens do Lubango querem livrar-se da delinquência

Por: Adriano Gomes, Eugénio Monteiro e Francisco Kapemba.

Vários jovens desempregados, e não só, que vivem nos arredores da cidade do Lubango, procuram, a todo custo, livrar-se da delinquência, um mal que enferma a camada juvenil e que continua a preocupar as autoridades do país.

Para muitos, o governo deve encontrar mecanismos de empregar os jovens, mecanismos estes que passam desde a criação de centros comunitários e construção de casas com vista a promover iniciativas juvenis.

A integrante do grupo dos acólitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, no Lubango, Teresa Luisa Manuela, disse que "a igreja é também um local seguro e apropriado para tirar os jovens da delinquência".

O estudante do colégio Santa Rita de Acácia, no bairro Minhota, António Neto, aconselha os companheiros de idade a procurarem soluções para este fenómeno e apela a toda camada jovem a aderir "aos cursos profissionais para conseguirem o primeiro emprego formal".

Meliantes matam pastores e roubam gado nos Gambos

Dois jovens encontraram a morte por enforcamento, esta semana, no município dos Gambos, província da Huíla, no momento em que cumpriam mais uma actividade diária: apascentar o gado bovino.

Na concretização dos seus ideais, meliantes foragidos, até a data, enforcaram dois jovens em idade compreendida entre treze a dezasseis anos, para além de usurparem bens alheios, neste caso, 40 cabeças de gado bovino, número esse que inicialmente não era do domínio de todos. Assim, os malfeitores abateram uma das 40 cabeças tendo-a abandonado no local.

Face ao acontecimento, as autoridades administrativas, tradicionais e a comunidade da comuna da Chibemba e a do município em geral, encontram-se totalmente abaladas pelo acontecimento e que esforços estão sendo envidados para encontrar os presumíveis autores e levá-los as barras da justiça.

FUNCIONÁRIAS DA ADRA ANTENA MALANJE, PARTI- CIPAM NAS ACTIVIDADES ALUSIVAS AO DIA DA MULHER AFRICANA

No dia 31 de Julho a convite da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, as funcionárias da ADRA Antena Malanje, participaram nas festividades alusivas à efeméride, que teve como lema "Mulher Malanjina e o Impacto da Crise Económica e Financeira na vida das Famílias".

A participação foi centrada numa marcha e no lançamento da obra literária com o título "Heroínas Sem Nome" (financiada pela APN no âmbito do apoio cedido a grupos de mulheres em cinco províncias de Angola) e actividades culturais.

A marcha decorreu nas principais artérias da cidade e terminou no estádio Valódia, enquanto que o lançamento do livro aconteceu no anfiteatro do Governo da Província de Malanje.

À margem das actividades acima referenciadas,



foram realizadas outras de carácter político, cultural e desportivo tais como discursos e mensagens de felicitações do Director Provincial dos Transportes (em representação do Governador da Província de Malanje, Boaventura Cardoso), do Conselho Provincial da Juventude e da Directora Provincial da Família e Promoção da Mulher, Emilia Ventura, bem como a exibição de peças teatrais e combates de luta livre.

MALANJE PROMOVE ENCONTRO COM AS COMUNIDADES

**Por: Carlitos, Paulo Jorge e Conceição/
Repórteres Comunitários Antena Malanje**

A ADRA Antena Malanje, em parceria com as associações de camponeses do meio rural realizou, no dia 24 de Setembro, em Malanje, no Centro de Formação e Treinamento da ADRA, o IX encontro provincial com as comunidades.

A iniciativa teve como objectivo preparar o encontro nacional e reflectir com os participantes alguns temas de interesses comuns.

Durante a actividade abordaram-se as problemáticas do cooperativismo, do associativismo, do acesso ao micro-crédito, da comercialização e descentralização administrativa.

Para além dos quadros da ADRA e membros das associações parceiras, estiveram também presentes neste encontro alguns administradores comunais, representantes de organizações não governamentais provinciais e outros convidados.

Destaque para o responsável da área de micro-crédito do Banco Sol, que na ocasião elucidou alguns aspectos atinentes aos procedimentos de cedência de créditos por esta instituição bancária.

Ao terminar o encontro elegeu-se cinco elementos provenientes das associações parceiras, dois técnicos da Antena Malanje e a Administradora Comunal do Mufuma, município do Kiwaba N'Zoji, para representar a província no encontro nacional.

Todos os anos a ADRA, realiza o encontro nacional com as comunidades, um encontro que visa discutir e reflectir com diferentes actores, assuntos relacionados com a vida das comunidades rurais e não só. Estes encontros são precedidos de encontros provinciais a nível das Antenas e municipais nas áreas de intervenção.

GAMBOS REALIZA ENCONTRO DE RESTITUIÇÃO DAS COMUNIDADES

Por: Repórteres comunitários na Antena Huíla

Foi realizada, no dia 28 de Outubro de 2009, no município dos Gambos, província da Huíla, o encontro de restituição das conclusões saídas no encontro provincial e nacional das comunidades, que tiveram lugar nos dias 26 e 27 de Setembro e 8 a 9 de Outubro, no Lubango e em Luanda, respectivamente.

Foram oradores do encontro Isaura, do grupo de mulheres da Chibemba e Daniel, da Caritas e membro do núcleo de criadores tradicionais de gado, assessorados pela equipa da ADRA.

Foram destacados os aspectos ligados à Lei de Terras, funcionamento das cooperativas, acesso aos serviços de crédito bancário, processos de desconcentração administrativa e as formas de participação local. Segundo os oradores, a iniciativa serviu para a troca de experiências e de contacto com outros actores, como são o caso dos representantes dos bancos, da agricultura e outras experiências dos municípios.

No final, foi produzido um plano de actividades para dar seguimento às recomendações, com vista à promoção do desenvolvimento local.



UM REFLEXO DA CARÊNCIA DE SALAS DE AULA E DE PROFESSORES NO NGOVI

Repórter Huambo: Beato Kassandi,

A aldeia de Hambili está situada na região sul do Ngovi, a uma distância de quase 79 quilómetros da sede do sector (Ngovi). Possui uma média de 250 famílias, cuja actividade principal é a agricultura e a pesca artesanal, já que a aldeia está adjacente aos rios Cunene e Kalai.

No que tange aos serviços sociais básicos, a aldeia é carente de quase tudo.

Os serviços de saúde quase não funcionam, pois para os aldeões resolverem seus problemas relacionados com a saúde recorrem aos serviços de enfermeiros particulares, que por sua vez cobram o pagamento da prestação de serviços. Em casos de falta de dinheiro, se não houver forma de evacuação para a cidade do Huambo, o doente acaba por sucumbir.

Já para o sector da educação, a situação afigura-se um tanto quanto desoladora e triste. A aldeia possui pelo menos um universo de 30 crianças a estudar, porém, em condições pouco dignas e até rudimentares.

As crianças estudam ao relento, por debaixo duma árvore de eucalipto, sentando sobre os troncos organizados em filas servindo de carteiras.

Pelo facto de a aldeia possuir apenas um único professor, o espaço da sombra da árvore de eucalipto está repartido em dois lados opostos (lado direito e lado esquerdo), com um quadro feito de chapa de zinco no meio.

Cada um dos lados é uma sala de aulas com diferentes classes – 2ª e 3ª classes. Do lado esquerdo da sala é leccionada a 3ª classe com 19 alunos e do lado direito a 2ª classe com 11 alunos.

As aulas são dadas em simultâneo no período da manhã, que vai das 7:30 min as 11:30min ou 12h. Todos os alunos recebem as aulas no mesmo período, cabendo ao professor mudar de posição em diferentes momentos para dar aulas num ou noutro lado. Enquanto uns fazem os seus apontamentos, o professor escreve no outro lado do quadro rudimentar.

Segundo o soba da aldeia, Albino Kasendje, vulgarmente



Esta foto nos mostra, um professor a dar aula em duas turmas e com apenas um quadro, no mesmo momento.

chamado por Nôlã-Nôlã, o dia-a-dia das crianças estudantes do Hambili é mesmo aquele; e constitui a única alternativa localmente

encontrada para minimizar a carência de professores e a falta de salas de aulas que acomodem melhor os alunos. Porém, apesar disso, o aproveitamento escolar é de certa forma satisfatório, visto que o empenho do professor associado ao interesse dos alunos em aprender, permite atingir algum sucesso escolar. Todavia cabe aos pedagogos analisar a eficácia desta metodologia.

Este é mais um reflexo daquilo que se regista um pouco por todas as aldeias periféricas do Ngovi: a insuficiência de professores e de todo um leque de condições essenciais e indispensáveis no processo ensino-aprendizagem da criança que, dos vários direitos que lhe são inalienáveis, o direito à educação é para ela muito fundamental.

XIIº ENCONTRO PROVINCIAL DAS COMUNIDADES NO HUAMBO: CRÉDITO "AQUECE" O DEBATE

Repórteres Comunitários no Huambo:
Beato Kassandi, Armindo Kassoma
& Augusto Valela

Dos 192 grupos que beneficiaram de créditos através do Banco Sol, 30 não honraram os seus compromissos de reembolso de acordo com os prazos estabelecidos. Há, inclusive, casos de 10 meses de atraso.

Entre os vários assuntos abordados durante o 12º Encontro Provincial das Comunidades, na comuna do Kuima, Município da Caála, o crédito, como sempre, foi a temática que mais dominou o debate. Com efeito, no quadro do projecto de micro crédito implementado pela ADRA nas províncias do Huambo e Benguela, 192 grupos de agricultores ligados às associações agrícolas do bailundo, Caála e Lepi, beneficiaram em 2007 de um empréstimo através do Banco Sol.

Ao comentar a situação dos grupos em atraso, Augusto Valela, Coordenador da Associação Epinduko da aldeia de Lungongo, Município da Caála, disse ser preocupante. "Isto é um grande problema. O crédito tem nos ajudado muito, por isso, temos que encontrar uma solução. Os líderes das associações, e mesmo as administrações e sobas, têm de pressionar os grupos devedores".

Augusto Valela defendeu ainda que em alguns casos será mesmo necessário confiscar bens dos devedores. Em colaboração com o soba, contam efectuar a respectiva venda dos bens e consequentemente amortizar a dívida, para que estes problemas não comprometam os benefícios futuros.

Junior Vítor, membro da Associação Nguendevando, da aldeia de Kalweio, município do Bailundo, propôs a renegociação dos prazos. "Pedimos à direcção da ADRA que nos permita fazer cobrança aos devedores e depois prestar o relatório", disse.

O agrónomo Abias Fernandes, chefe da repartição dos assuntos económicos da Administração do Município do Bailundo, juntou-se ao debate, sublinhando que os atrasos que se registam devem-se ao facto de os beneficiários terem investido nas actividades agrícolas, o que não foi suficientemente tido em conta nas negociações com o Banco. Segundo comentou, o crédito a agricultura deve ter modalidades específicas. "

O crédito comercial tem menos problemas que o crédito agrícola", rematou o jovem agrónomo.

Por sua vez, Sérgio Kalundungo, Director-Geral da ADRA, apelou a uma maior responsabilidade por parte dos líderes das associações no sentido de, num curto espaço de tempo, serem sanadas as dívidas para que os atrasos dos reembolsos dos créditos não comprometam a continuidade de outros projectos.

O encontro contou com a presença de diferentes líderes comunitários oriundos das diversas áreas de intervenção da ADRA (Bailundo, Caála e Lepi), representantes das instituições do estado e organizações da sociedade civil.



Camponeses em Kalukembe clamam pelo escoamento de produtos agrícolas

Camponeses do Município de Kalukembe, Província da Huíla, na localidade de Vissapa -Yela, clamam o escoamento de produtos agrícolas como o milho.

Segundo revelou Miguel Gomes, coordenador da Associação e repórter comunitário naquela localidade, existem muitos camponeses produtores de milho que vêem o produto a deteriorar-se nos seus celeiros.

Por outro lado, conforme o repórter informa, continua a faltar de um sistema de comercialização estável. Deve-se também trabalhar na redução dos comerciantes ambulantes na área devido ao aumento de produção de cereais. Pode ser constatado o mes-



GESTÃO SUSTENTÁVEL DE TERRAS E DESENVOLVIMENTO



José Maria Katiavala

A terra e os recursos a ela associados (flora, fauna, cursos de água) constituem o principal factor de sustentação de todas as actividades produtivas, em especial da agricultura, condicionando deste modo o desenvolvimento económico e social dos países. Milhões de pessoas no mundo vivem directamente do que a terra proporciona: cultivo de plantas, recolção e caça.

A utilização da terra, de forma mais sustentável, é uma preocupação cada vez mais crescente na actualidade que tem mobilizado governos nacionais e organizações internacionais. O modelo de desenvolvimento que vigora no mundo há mais de 50 anos, baseado na modernização acelerada, tem provocado uma enorme pressão sobre os recursos naturais. No caso particular da terra, a prática da agricultura e da pecuária em grande escala tem aumentado a procura de vastas áreas de cultivo e pastagem, resultando daí o derrube de árvores, a degradação da fertilidade dos solos, o sobre pastoreio e a poluição das águas, com consequências nefastas para os ecossistemas.

A degradação intensa dos solos diminui a produtividade agrícola e origina a desertificação, que a par da desflorestação, representa um dos mais graves problemas ambientais que compromete a gestão sustentável de terras, coloca em risco a produção agrícola e a segurança alimentar. A desertificação e a desflorestação acabam por acarretar avultados custos sociais e ambientais para as sociedades contemporâneas, ao contribuírem para o ciclo vicioso da pobreza, erosão dos solos, inundações e secas. Trata-se de uma verdadeira crise ecológica que ameaça o futuro da humanidade, apesar dos inúmeros progressos científicos e tecnológicos alcançados nesta era da modernidade.

É para mitigar essa crise ecológica que a gestão sustentável de terras está no centro do debate. No referido debate, a discussão sobre os rumos do desenvolvimento agrícola é incontornável. Com efeito, muitas das práticas agrícolas, sobretudo aquelas utilizadas na chamada agricultura

convencional ou moderna provocam perturbações no ambiente natural. Ao privilegiar a maximização da produção e do lucro, a agricultura convencional, de acordo com os estudiosos, apoia-se num rol de práticas como o cultivo intensivo do solo, a monocultura, a irrigação, a utilização de agrotóxicos, entre outras, que interfere negativamente no funcionamento dos agroecossistemas.

produção agrícola com recursos locais não seria capaz, por si só, de fazer face às necessidades alimentares do país. Torna-se, sim, necessário promover um modelo de desenvolvimento agrícola que combine, de forma judiciosa, as inovações tecnológicas e os princípios agroecológicos.

Em Angola, onde se vive um processo de reconstrução e crescimento económico intenso, a gestão sustentável de terras é um imperativo, na medida em que vários projectos em curso nos diferentes domínios têm, inevitavelmente, impactos sobre o ambiente.

No sector agrícola, o Governo está engajado na promoção de projectos agrícolas de grande envergadura, dos quais se destacam os pólos agroindustriais, os perímetros irrigados e a produção de biocombustíveis, só para citar alguns, cuja importância para a modernização da nossa agricultura é inquestionável. Contudo, uma reflexão sobre os impactos ambientais dessas iniciativas impõe-se e deve ser sustentada por rigorosos estudos agrónomicos, económicos e sociológicos, capazes de mostrar caminhos que tenham em linha de conta a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

O Projecto de Capacitação em Gestão Sustentável de Terras do Ministério do Ambiente, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e cuja fase piloto será implementada aqui na província do Huambo, afigura-se, em minha opinião, como uma excelente oportunidade para subsidiar o desenho de intervenções focadas na agricultura sustentável.

Este artigo foi, inicialmente, publicado na Revista Huambo Rural, edição de Julho de 2009??
Técnico agrário e licenciado em Sociologia.

O Desenvolvimento Rural de Angola



Por:
Cláudio Fortunato

Podemos designar hoje, e em termos de políticas, o desenvolvimento rural para Angola, como o apoio ao desenvolvimento das zonas rurais, não somente à agricultura, mas também como um elemento essencial para as zonas rurais em si. O meio ambiente, a paisagem, continuam a ser elementos essenciais para as populações rurais.

Portanto, à agricultura, o ambiente e as populações rurais, acabam por ser elementos de desenvolvimento dos espaços rurais e natural. Em nosso entender, os princípios estruturantes do desenvolvimento rural, passam por políticas de desenvolvimento, como pelo menos duas palavras-chave: competitividade e a sustentabilidade.

Quer dizer, fazer com que os que vivem nas zonas rurais tenham uma vida melhor, e que o desenvolvimento se faça a custa de princípios sustentáveis com base na apresentação de recursos.

A agricultura, ao ser considerada uma acção que vai para além da actividade económica, acaba por ser cada vez mais uma actividade de consumo, e da produção de todos os recursos das populações angolana. A importância que o sector agrícola deve jogar para a economia de Angola é crucial, apesar de os dados históricos darem-nos conta, de que Angola tinha no período colonial um potencial das zonas rurais, de qualquer coisa como 85%. Seguramente, que este indicador já não é real, até porque como resultado do conflito armado que se vivia em Angola, este número terá sido alterado, em razão do êxodo para os grandes centros urbanos do país.

E ainda assim, julgamos que, mas do que uma questão de produção, as zonas rurais, são importantes pelo valor simbólico e ancestral da terra para os camponeses, até porque a cultura e os sectores agrícola e florestal ainda jogam um papel preponderante para o nosso povo.

Sendo agricultura hoje, uma actividade que vai para além, das exigências locais, acaba por atingir um patamar de exigências acima da média, situando-se muito para além das necessidades básicas. Nas sociedades mais ricas, normalmente à agricultura joga um papel importantíssimo, mesmo para as populações mas pobres, os alimentos são

suficientes, porque podemos encontrar excesso de produção de produtos do campo, as Instituições quer estatais, como as particulares, distribuem pão sobre a mesa dos mais pobres.

O mesmo não se pode dizer, das sociedades mais pobres e desorganizadas, onde há uma necessidade urgente de ajuda humanitária onde a fome impera, por falta de garantias de sobrevivência dos mais pobres e desfavorecidos. Todavia, quando a pobreza ataca, há uma tendência de se fazerem fugas para as grandes cidades, onde se oferecem as oportunidades que se procuram e se transformam na maioria dos casos em tragédia.

As pessoas, tentam de tudo para sobreviver, muitas vezes, acabam por entrar em esquemas "poucos claros" não resolvendo os seus problemas, agudizando a Instabilidade e violência a que caracterizam muitas das periferias pobres das grandes cidades, mas há soluções hoje já testadas, noutras latitudes, uma delas passam pois, pelo desenvolvimento rural que leva a fixar as famílias longe das cidades, e geram condições maiores que criam riquezas, e aumentam a quantidade e a qualidade dos bens que se produzem nos campos. Este desenvolvimento no meio rural, deriva, da opção por políticas claras, dos que queiram investir no campo, apoiando os agricultores e as suas famílias, os resultados não serão imediatos, e os políticos podem não ganhar os votos com este tipo de parcerias.

Em nome dos povos mais pobres e, em defesa dos que vivem na miséria e nas periferias das grandes cidades angolanas. Acreditamos, que se deve fazer alguma pressão neste sentido, para que os organismos do estado angolano, invistam numa agricultura moderna até porque em nosso entender, passa por um desenvolvimento rural do nosso país, passa um pouco pela agricultura, a pecuária e a silvicultura, para que se possa dar pão e futuro aos mais pobres.

Nós gostaríamos de ver cidades como Luanda, Huíla, Huambo e Benguela, com mas qualidade de vida, para que um dia possamos encontrar as famílias de agricultores felizes, com uso de tecnologia avançada, para produzir centenas e centenas de toneladas de alimentos resultados da produção agrícola, como garantia do desenvolvimento sustentado do nosso solo pátrio.



Dra Londa Soky, directora de políticas de desenvolvimento do BDA, fala ao *Jornal Humbi-Humbi...*

Por: Cláudio Fortunato

A Dra. Londa Soky, é a directora de políticas de desenvolvimento do BDA, um Banco criado em 2006, cuja função é a de apoiar o desenvolvimento económico de Angola, privilegiando as iniciativas dos investidores privados, estes foram os argumentos de força da nossa interlocutora, quando falava a margem do IX, encontro das Comunidades, numa organização federada pela ADRA, e as suas parceiras, que ocorreu nos dias 8 e 9 de Outubro de 2009, no Anfiteatro do Instituto Nacional da Criança. Na ocasião, aquela funcionária sénior do BDA, deixou transparecer que a sua Instituição não financia micro créditos, pelo que não é a função do Banco de Desenvolvimento Angolano, apesar de existir um vazio em termos de legislação, nomeadamente no que diz respeito ao facto de não haver uma Lei das cooperativas em Angola no período pós Independência, as cooperativas que vão surgindo em Angola, refugiam-se no decreto de Lei nº 67, das cooperativas Agrícolas do tempo colonial.

HH - Dra. O quê o B.DA?

L.S - O B.D.A, é o Banco de Desenvolvimento Angola, que foi criado em 2006, cujo objecto social é o de apoiar o desenvolvimento económico do país através de financiamento ao investidor privado angolano.

HH - Quais são os principais desafios na relação entre o B.D.A, e as comunidades e as Associações das Cooperativas?

L.S- O B.D.A, tem uma filosofia de actuação um bocado diferente, ele concede o financiamento a médio e longo prazos, e quando nós estamos a falar de comunidades, estamos a falar de financiamento de micro - crédito, esta não é a função do B.D.A, nós sabemos que no país existem Instituições que estão vocacionadas para este tipo de micro - créditos, esta parte do micro - créditos nós deixamos com os Bancos que têm esta vocação. O que não quer dizer, que o B.D.A, no futuro não possa vir a financiar este tipo de micro - créditos, se tiver que acontecer o nosso Banco estará de portas abertas, gostaria de lhe recordar que a nível das comunidades, foi recentemente criada uma linha de credito

pelo governo ,com duas vertentes, a primeira é a do crédito de campanha, e a segunda é a do crédito do investimento, a vertente do credito de campanha é como se fosse um micro - credito, porque serve para financiar aquelas actividades pontuais, como compra de cimento ou seja pequenos créditos, que vai até cinco mil dólares, quanto ao credito de Investimento, são créditos de somas avultadas, que são cedidos para comercialização de maquinas, de infra-estruturas , é aqui onde está a nossa diferença em relação as outras Instituições do generos, isto faz com que o nosso Banco não se comprometa nesta via de financiamento, por enquanto, a nível das comunidades, até porque temos Bancos com esta vocação, mesmo em relação ao crédito de campanha será gerido pela Banca comercial e não o B.D.A, nós vamos gerir o crédito do Investimento, ai onde está a nossa diferença.

HH. Há uma questão fundamental, que tem haver com alguma s Instituições reclamarem do facto de não haver uma Lei das cooperativas, ao contrário das Associações, existe uma legislação sobre as cooperativas agrícolas que data do tempo colonial, tendo em conta o facto do vosso Banco não financiar as Associações e somente as cooperativas e cria um certo vazio, como é que o B.D.A, resolve estes casos?

L.S- Bem, pelo que eu saiba a Lei das Associações ou uma Associação não tem fins lucrativos, isto é o que diz a Lei, se nós somos uma Instituição financeira, não podemos financiar uma Associação



existindo a Lei das cooperativas, mas tem se criado cooperativas. Porque, as cooperativas para nós é uma Empresa, e as Empresas têm fins lucrativos, e sabem que vão buscar um financiamento e terão que



que não tem fins lucrativos, porque afinal de contas o crédito é para ser pago, deve ser reembolsado, razão pela qual, mesmo não reembolsar o financiamento, o que é diferente das Associações. Porque, para Associações a Lei está clara, enquanto não surge a Lei das cooperativas, mas pelo que eu saiba têm se criado varias cooperativas, e as cooperativas agrícolas têm corpos directivos, aí nós sabemos futuramente a quem pedir responsabilidades, porque elas têm corpos directivos com fins lucrativos.

HH - Para o caso das cooperativas não agrícolas como agir?

L.S. - Para as cooperativas não agrícolas, pelo que eu saiba em termos de financiamentos ainda não tivemos estes casos no B.D.A, mas se nos aparecer uma cooperativa de comercialização ou de comercialização rural, porquê que não havíamos de financiar? É uma cooperativa, é uma empresa tem direito a crédito.

HH- Quais são os critérios par se obter o financiamento no B.D.A?

L.S. - Para se obter o financiamento no B.D.A, existem as regras e os procedimentos do Banco, e temos passos a seguir: num primeiro momento a Empresa ou a pessoa singular ou colectiva que pretende obter o financiamento, deve-se fazer o seu cadastro no B.D.A, depois faz-se uma entrevista com cliente, o relatório desta entrevista passa por uma área interna que nós chamamos de análise de riscos ao cliente, nesta análise é dado, o limite do financiamento a este cliente, depois desta etapa o cliente é notificado através da nossa agência, que diz que lhe foi dado o limite de crédito valor x, para que possa então apresentar o seu estudo de viabilidade, e nós temos o nosso sistema montado de elaboração e criação de

projectos que nós chamamos de SEAPRO, os nossos técnicos da agência, fornecem este sistema por suporte digital, para que as empresas de consultoria possam elaborar os projectos que apresentam ao B.D.A, depois os nossos técnicos analisam o projecto, no sentido de ver se há ou não viabilidade no financiamento deste projecto.

HH - Tendo em conta a sua experiencia enquanto Bancária, gostaria de ouvir a sua virtude de razão, em torno da viabilidade de se criar Bancos rurais em Angola, até que ponto é que seria viável?

L.S. - Bom, eu não sei na minha opinião muito particular, é que se nós já temos Bancos vocacionados para micro créditos, estamos a falar do crédito rural que apoiam as comunidades rurais, por isto, não vejo a necessidade de termos um Banco rural, até porque já temos a banca comercial com esta vocação de financiar o micro crédito, que abarca mas as pessoas de baixa renda.

H.H- Qual é a taxa de juros do Banco de Desenvolvimento de Angola?

L.S. - A taxa de juros que o B.D.A, pratica é da 6,7%, ano em moeda nacional isto é em Kwanzas.

H.H- Enquanto funcionária sénior do B.D.A, gostaria que nos falasse das perspectivas do vosso Banco para o futuro?

L.S. - Temos muitas perspectiva, mas penso que não é oportuno falar destas perspectivas aqui, mas posso dizer-lhe que vamos continuar a trabalhar, até porque estamos ainda a dar os primeiros passos, e porque o país está desenvolver e cada vez que o país vai desenvolvendo as suas etapas mas programas nos vamos criando, um exemplo concreto, são as nossas deslocações feitas ao interior do país, nos municípios e comunas, a procura de condições favoráveis que nos levem à ajudar aquelas populações na criação de programas com projectos viáveis no sentido de ajudar a província ou a comunidade.



A Sustentabilidade do Desenvolvimento do sector florestal em Angola

Por: Sebastião Miguel



As plantações florestais, de acordo com a Avaliação Global dos Recursos Florestais efectuada em 2000, ocupam 5% da cobertura

florestal global. Segundo a mesma fonte, existem no mundo 89 milhões de hectares de plantações florestais comerciais ou industriais, 48 milhões de hectares de plantações florestais não comerciais.

A FAO define os termos "florestação (povoamento)" e "reflorestação", (repovoamento)" como sendo respectivamente o estabelecimento de plantações florestais em terras que, até então, não são ou nunca foram classificadas como florestas, implicando uma transformação a partir de terras não - "florestais a florestais", o restabelecimento de plantações florestais em terras onde antes já as haviam envolvendo a substituição das espécies autóctones por outras novas e fundamentalmente diferentes espécies ou diversidade genética."

Com esta visão, a estratégia providencia a informação de base sobre as plantações florestais em Angola, o seu passado as perspectivas e oportunidades presentes e futuras, bem como os desafios a enfrentar na implementação da estratégia. A estratégia oferece também a possibilidade de identificação dos principais intervenientes ou actores e as suas responsabilidades no âmbito da sua implementação.

Em termos de visão, o Governo de Angola, através do IDF, órgão tutelado do Ministério da Agricultura, ao qual compete executar, acompanhar e controlar a aplicação de normas e preceitos que regem o desenvolvimento, a exploração, utilização sustentada, protecção e conservação dos recursos florestais e faunísticos, tem a visão de "assegurar o acesso, uso e aproveitamento racional das Florestas e Fauna Selvagem para benefício económico, social e ambiental das presentes e futuras gerações de angolanos."

Isto quer dizer que o IDF é o responsável em fazer com que as coisas aconteçam no sector florestal em

termos sociais, económicos e ambientais particularmente para o povoamento e repovoamento florestal e usufruto dos benefícios desta actividade, sem necessidade de ser o actor directo mas como agente de facilitação, promoção e monitorização. Esta responsabilidade implica assegurar a contribuição do sector florestal aos cofres do Estado e à performance dos actores chaves que constituem a força motora do crescimento económico.

As responsabilidades no quadro da Estratégia, o Instituto do Desenvolvimento Florestal, como órgão de fomento informará anualmente ao Governo mediante relatórios ao Ministro de Agricultura tutela sobre:

O desenvolvimento e performance da implementação desta ENPRF (*Estratégia Nacional de Povoamento e Repovoamento Florestal*); o estado do sector florestal e progressos em prol da sustentabilidade, do alcance dos objectivos nacionais e da implementação do Programa Florestal Nacional (Programa de Apoio à Implementação da Política Nacional de Florestas, Fauna selvagem e Áreas de Conservação) nas suas áreas chaves.

Um dos instrumentos chaves de implementação da nova Política Nacional de Florestas, Fauna selvagem e áreas de conservação, é o seu Programa de Apoio ou seja, o Programa Florestal Nacional. Este programa providencia um plano de claras e praticas devidamente quantificadas para se atingir os objectivos estratégicos da Política Nacional, incluindo o povoamento e repovoamento florestal.

As mulheres constituem a maior franja da população Angola e actores principais no contexto do desenvolvimento rural. Elas são as responsáveis pela obtenção do combustível lenhoso e produtos não lenhosos das florestas para o consumo das famílias rurais.

Experiências vividas nos programas e projectos de repovoamento florestal em Angola e noutros países da região, demonstraram que as mulheres jogam papel importantissimo nas actividades de produção e multiplicação em viveiros florestais sobre tudo na colheita e preparação de sementes e terras, enchimento de bolsas, repicagem e produção de mudas bem como na plantação das mesmas mudas no terreno. Para atingir os objectivos preconizado é necessário envolver os intervenientes principais de acordo as suas funções e devem ser determinados pela comunidade.



Desta forma, será extremamente importante atribuir maior atenção às mulheres nas actividades de desenvolvimento das plantações florestais através do povoamento e repovoamento florestal, nos empregos relativos às operações das indústrias florestais respectivas ou em actividades de plantações de árvores e constituição artificial de florestas.

A Paz, a estabilidade política, o processo de democratização, a estabilidade macroeconómica e o crescimento económico, a revitalização do sector privado, o reacentamento dos deslocados e refugiados, assim como a reinserção social e produtiva das populações, abrem ao país uma nova oportunidade de desenvolvimento e novo desafio para a transformação económica, social e o crescimento sustentável do sector florestal, aproveitando oportunidades.

Para atingir os objectivos preconizado é necessário envolver os intervenientes principais de acordo as suas funções e devem ser determinados pela comunidade.

Continuação da Página 12 e 13

H.H- Para quando a criação de Agências do B.D.A, noutras províncias que não seja Luanda?

L.S- Para quando, não sei, o que lhe posso dizer é que temos um projecto em curso, que visa a identificação de locais nas províncias para criação de Agências, em princípio estamos a pensar em criar Agências em todas as províncias do país, mas este é um processo de deve obedecer as distintas fases, numa primeira fase provavelmente iremos começar por Cabinda, em Benguela e no Huambo, portanto são estas três primeiras provinciais que serão beneficiárias nesta primeira fase de expansão dos nossos serviços em termos Agências localizadas, depois vamos ver como é vai evoluir o processo de identificação dos lugares.

H-H - Atendendo a vocação do Banco seria viável, terem Agência s em todas as províncias do país?

L.S - Se haver dinheiro sim, porque sabemos que nem toda gente tem possibilidades de chegar até aqui em Luanda, se ele tiver uma Agência próxima, mas possibilidades ele tem que perceber, qual é a função do Banco para poder então recorrer, em função das suas necessidades.

SRº Henriques Tchimbili, Presidente da União da Associação de Camponeses da Caála (UACC), fala em exclusivo ao JHH, o seu funcionamento

O Associativismo já existe desde 1978 no tempo do partido único, com o surgimento da guerra, tudo desapareceu.

Em 2000, apareceu uma organização não governamental denominada ADRA, com o objectivo de ajudar as comunidades com as sementes e imputes agrícolas, com o sistema de crédito. Criou-se alguns grupos formados por sobas, catequistas e chefes dos Olossongos, estes, que tinham autonomia de acompanhar este processo com fim de gerir os reembolsos. Mas como todos da aldeia tinham direito de receber este crédito, não foi satisfatório.

Em 2001, com o apoio desta organização ADRA, começa as formações do associativismo e o cooperativismo e começamos a criar associações. Vimos que tudo começou a melhorar devido os regulamentos e estatutos, já não eram da aldeia, mais sim, para quem cumprisse com estes estatutos, porque ali já tinha os deveres e direitos.

Em 2003 criou-se os núcleos para melhor articulação, porque não era preciso mudar de uma aldeia para outra, só fazíamos a convocatória dos representantes dos núcleos, que eram os porta-vozes de toda informação das diversas associações, e na Caála existia 5 núcleos com 48 associações.

Em 2004 criou-se a comissão instaladora formado por membros eleitos nos núcleos, esta comissão é que trabalhava durante dois anos, depois de uma avaliação feita, viu-se que tínhamos que estar mais unido, então decidiu-se em criar uma união para servir de elo de ligação entre as famílias e os órgãos de estado como, administração, IDA e outras.

Em 2006, no dia 23 de Março, aconteceu a tomada de posse dos órgãos da UACC, o acto aconteceu na sala do IDA, na presença de sua Excelência Senhora Administradora, e outras entidades do município.

A UACC, é constituído por 3 órgãos sociais:

Assembleia Geral, Conselho Directivo e Conselho Fiscal.

Cada um destes órgãos, tem as suas responsabilidades dentro da instituição.

A UACC, hoje, é constituída por 48 associações, com 4.638 famílias na 5 Ombalas como Calueio, Km25, Cuima, Sacanonebo e Cassupi.

Juridicamente a UACC é uma instituição legalizada, tem os seus estatutos, como a certidão e está publicados



continuação da página 15

No Jornal de Angola e Diário da República. Já com 34 associações legalizadas e outras com estatutos em via de legalização.

Meios para sustentabilidade: A UACC, sobrevive com alguns pequenos recursos vindo dos membros, isto é as quotas e alguns reembolsos que se transformam-se em fundos comunitários depositado no Banco BIC.

Nunca tivemos nenhum financiamento, embora com algumas propostas feitas até hoje, mas sem sucesso.

O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), tem nos ajudado bastante com algumas caixas de fertilizantes, embora em pequenas quantidades, e também agradecemos o apoio dado como sementes e outros meios pela engenheira Fati, que está na sessão da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Em suma, estamos prontos em ajudar as famílias com os meios adquiridos até ao momento.

De momento estamos a beneficiar as famílias com o crédito no Banco Sol.

Devidos os regulamentos do Banco Sol, algumas famílias estavam a ser limitados por falta de documentos, principalmente o Bilhete de Identidade.

Actividades: a UACC, tem como actividade, em diversas áreas de acções, como por exemplo:

Beneficiar os núcleos para melhorar as suas acções com as associações;

Realizar encontros com as associações para encaminhar algumas experiências do associativismo e cooperativismo;

Fazer entender as famílias sobre a Lei de Terra;

Facilitar os grupos organizados e identificados pelas associações no acesso ao crédito bancário;

Participar nos encontros do Fórum ou Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACs) municipal;

Facilitar o escoamento dos produtos para o PRECILD com um contrato assinado pela UACC;

Ajudar as famílias para melhorar as suas vidas com o cultivo de produtos de rendimento;

Sensibilizar as famílias para a construção de latrinas para o saneamento básico da comunidade.

Perspectiva para o futuro: Aquisição de um meio de transporte para o escoamento de produtos do campo para a cidade;

Aquisição de um tractor para o aumento de áreas de cultivo;

Aquisição de cinco juntas de bois para auxílios;

Ter mais formação sobre escolas de campo do IDA;

Ter mais informação sobre a nova Lei de Terra;

Ter mais auxílio com a ligação com as administrações;

O presidente da UACC
Henriques Tchimbili

Técnicos da ADRA a caminho das terras de Lula da Silva

No âmbito da implementação e interacção do projecto de Apoio aos Actores não Estatais e Autoridades locais para boa governação e desenvolvimento equitativo, "ANEGODE", uma implementação conjunta entre a ADRA-Antena Benguela e a CARE-Internacional em Angola, com o financiamento da Comissão Europeia.

Deslocam-se no período de 28 de Novembro a 14 de Dezembro de 2009, para a República Federal do Brasil, uma equipa constituída por técnicos das duas ONG, assim como representantes das Comunidades (GR) com as quais trabalha.

O intercambio visa perceber as dinâmicas do processo de participação do cidadão na governação, funcionamento das prefeituras e autarquias locais, assim como a participação do cidadão particularmente das mulheres nos espaços de tomada de decisão. A ADRA, estará representada por Custódio Malheiro da Antena Benguela e Carlos Cambuta, da sede.

Efeméride...

Caro leitor, amigo e parceiro, a ADRA comemora o seu vigésimo aniversário em 2010. Por esta ocasião achamos que a sua contribuição nas comemorações desta importante primavera será importante para nós. Envie mensagens, reflexões ou notas postais para nós (ADRA) ou para o Jornal Humbi-Humbi.

